



Campos dos Goytacazes, 02 de Março de 2026.

PROCESSO Nº 1175/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

### **Pedido de impugnação**

Para fins de comprovação de Capacidade Técnico-Operacional o subitem 17.2.1.4 do Edital exige parcela de maior relevância em desacordo com o determinado no §1º do Artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando que o equipamento a ser utilizado na operação tapa buraco com auxílio térmico tem apenas a finalidade de manter a temperatura da massa asfáltica, no qual entendemos que para garantir um serviço de qualidade conforme solicitado pela Municipalidade deverá ser a massa asfáltica enquadrada dentro das faixas do DNIT, bem como a sua aplicação ser executada como normas técnicas, tal exigência para possuir o equipamento que pode ser locado ou comprado no mercado visa apenas direcionar a licitação para empresas que possuem o equipamento estando assim desacordo com a lei de licitação e também discriminando empresas que possuem profissionais e capacidade técnica e financeira para locar ou adquirir um simples equipamento.

Considerando o código EQ 19.05.0900, não consta na memória de cálculo a produção do referido equipamento para o prazo de execução de 12 meses conforme edital. Quantos equipamentos deste tipo deveria utilizar para garantir a perfeita execução do contrato no prazo de 12 meses?

Foi inserido no orçamento etapas de equipamento que possui caminhão toco sem justificativa técnica, sendo assim está dúvida pois o caminhão toco também é utilizado nos serviços de tapa-buraco desde seja garantida através de termômetro que a massa asfáltica seja aplicada na temperatura ideal conforme normas.

Pedidos deferimento.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** GIULIANO MARCO BRITTO DINIZ  
Data: 02/03/2026 17:42:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Atenciosamente

SVG CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA

**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**Processo Administrativo nº 1175/2025**  
**Pregão Eletrônico nº 001/2026**  
**Impugnante: SVG Construções e Consultoria**

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026, interposta pela empresa SVG CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA, na qual se questiona a legalidade das exigências fixadas no subitem 17.2.1.4 do instrumento convocatório. Em suas razões, a Impugnante sustenta que a exigência de metodologia executiva com auxílio térmico para os serviços de tapa-buracos estaria em desacordo com o Artigo 67, Parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Alega, ademais, que o uso de equipamento específico visa apenas direcionar a licitação, discriminando empresas com capacidade técnica e financeira para locar ou adquirir equipamentos simples. Questiona também a ausência de memória de cálculo sobre a produção do equipamento (código EQ 19.05.0900) para o prazo de doze meses e a inclusão de caminhão tipo "toco" no orçamento sem justificativa técnica, defendendo que o uso de termômetro em caminhões comuns seria suficiente para garantir a temperatura da massa asfáltica.

Instado a se manifestar, o Setor de Projetos emitiu nota técnica refutando as alegações, asseverando que a exigência técnica visa assegurar a qualidade e a durabilidade do asfalto (CBUQ), tratando-se de critério de execução metodológica e não de atestação quantitativa para fins de habilitação.

A Procuradoria Jurídica, em parecer específico para este caso, opinou pelo conhecimento e, no mérito, pela IMPROCEDÊNCIA da impugnação, ratificando a conformidade do edital com a Nova Lei de Licitações e Contratos e destacando o caráter eminentemente técnico da controvérsia. Vieram os autos a esta Comissão de Contratação para decisão.

### **2. ADMISSIBILIDADE**

A impugnação foi protocolada tempestivamente, atendendo ao interstício legal de 03 (três) dias úteis que antecedem a abertura do certame, conforme preceitua o art. 164, caput, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 76 do Decreto Municipal nº 7.074/2023. Portanto, deve ser conhecida.

### **3. MÉRITO**

No que tange à alegada violação ao Artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, verifica-se que a Impugnante confunde requisitos de habilitação com obrigações de execução contratual. O subitem 17.2.1.4 não



exige atestados de capacidade técnica para o caminhão térmico, mas sim estabelece o padrão de qualidade indispensável para a prestação do serviço. As parcelas de maior relevância para fins de comprovação de experiência estão taxativamente listadas no item 17.2.1.3 do Edital, respeitando os limites legais. Assim, a exigência de metodologia executiva específica encontra amparo no Artigo 18, Inciso IX, Alínea "a" da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração definir requisitos de qualidade para o objeto.

Quanto à necessidade técnica do equipamento, o Setor de Projetos esclareceu que a manutenção da temperatura do CBUQ é condição fundamental para a durabilidade do reparo asfáltico. A utilização de caminhões basculantes comuns, ainda que monitorados por termômetro, acarreta o resfriamento precoce da massa durante o transporte e a espera, resultando em má compactação e degradação em curto prazo. A opção pela tecnologia de auxílio térmico insere-se na discricionariedade técnica da Administração para evitar a ineficiência e o desperdício de recursos públicos, em atenção ao Princípio da Eficiência e ao Artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Relativamente aos questionamentos sobre a memória de cálculo da produção do equipamento (EQ 19.05.0900) e o uso de caminhão tipo "toco", cumpre ressaltar que os custos unitários e as composições orçamentárias foram definidos na fase interna da licitação para garantir a exequibilidade do objeto. O dimensionamento logístico e a quantidade de equipamentos necessários para o cumprimento do cronograma de doze meses são de responsabilidade operacional da licitante na elaboração de sua proposta comercial.

A especificação do caminhão atende aos requisitos técnicos de carga e manobrabilidade necessários para as vias do Município, não configurando ambiguidade ou direcionamento, mas sim planejamento administrativo adequado.

#### 4. DECISÃO

Diante de todo o exposto, em estrita consonância com o Parecer da Procuradoria Jurídica e a Nota Técnica do Setor de Projetos, os quais passam a integrar esta decisão como motivação aliunde, resolve:

- **JULGAR IMPROCEDENTE a impugnação apresentada pela empresa SVG CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA**, por inexistirem os vícios apontados e por restar demonstrado que as cláusulas editalícias preservam a isonomia enquanto garantem o interesse público.
- **RATIFICAR** os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026, com a manutenção da sessão pública para a data prevista.

Cabo Frio, 04 de março de 2026.

*Monica Mª da Silva*  
Matr.: 20130805  
**MÔNICA MARIA DA SILVA**  
Agente de Contratação